



filiado a



SINTESPE

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

Siga-nos



Praça Olívio Amorim, nº 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88020-090 - Outubro/Novembro 2014 - (48) 3223-6097 / www.sintespe.org.br



SINTESPE comemora 26 anos de luta pelo serviço público

Desde 18 de outubro de 1988, na luta pela defesa, melhoria e democratização do serviço público, representando os interesses e os direitos de seus filiados e promovendo a unidade de todos os trabalhadores no serviço público estadual de Santa Catarina.

Página 2

Assembleia dos Servidores da SJC acontece em novembro no SINTESPE

Atenção Servidores Públicos da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania:

Recentemente tem sido discutida a alteração da Lei 472/09 e, devido a uma quantidade muito grande de telefonemas e de trabalhadores que procuram o Sindicato em busca de esclarecimentos, a Diretoria do SINTESPE convoca os Servidores da SJC para uma Assembleia que acontece no dia **20 de novembro, às 14 horas, na sede do SINTESPE em Florianópolis**. Também serão debatidas outras questões de interesse dos trabalhadores da SJC.



Filie-se **Campanha de Sindicalização COM VOCÊ!**
NOSSA LUTA FICA MAIS FORTE

Página 3

Governo concede reajuste a aposentados e pensionistas do IPREV

O SINTESPE comemorou mais uma vitória em favor dos aposentados e pensionistas sem paridade do Estado. O decreto foi publicado no dia 24 de setembro, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e anuncia o pagamento dos reajustes para a categoria, que será feito de acordo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A lei permite o pagamento de valores que chegam até o dobro do INPC, mas o Governo optou por repassar somente o índice de inflação.

O Decreto, que já está em vigor, produzirá efeitos retroativos ao mês de janeiro de 2014. Conforme é explicado no texto do Diário Oficial, “os valores retroativos ao exercício financeiro de 2014 serão implementados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira” a partir dos cronogramas estabelecidos pela Diretoria do Tesouro Estadual e a Secretaria de Estado da Fazenda.

Há meses os aposentados e pensionistas estavam sem respos-

ta do Governo do Estado e do Iprev quanto ao recebimento do reajuste anual de benefícios, mas bastou o SINTESPE mobilizar os servidores para um ato de protesto que logo o Governo do Estado se manifestou. O ato estava agendado para o dia 30 de setembro, em frente ao Iprev em Florianópolis.

Desde o ano de 2012 o SINTESPE vem protocolando diversos ofícios no IPREV, solicitando audiências e esclarecimentos. A situação estava tomando rumos insustentáveis e foram

acolhidas inúmeras reclamações de servidores que procuraram o Sindicato reclamando da demora do Governo em resolver a situação.

Vale lembrar que este reajuste será fornecido aos aposentados e pensionistas do Iprev que não possuem paridade. Os servidores dependem desse reajuste para que possam repor os valores reais das suas aposentadorias. No caso dos aposentados com paridade, o reajuste repassado é o mesmo que é concedido a servidores da ativa.

Servidor é beneficiado com ação do SINTESPE



Ao final do mês de outubro, o servidor aposentado José Tavares, 87 anos, compareceu à sede do SINTESPE em Florianópolis para receber precatório de ação movida pelo Sindicato.

Trata-se de uma ação de

repetição de indébito tributário, ou simplesmente uma ação de devolução de contribuições aos aposentados do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev) ajuizada em 2003. O precatório foi expedido no ano de 2010, mas por conta de questões burocráticas só teve seu pagamento liberado neste mês.

Cerca de dois mil associados foram beneficiados com ações semelhantes a essa, o que reforça ainda mais a presença e a relevância do SINTESPE junto a seus associados.

Execução para pagamento de salários atrasados é protocolada pelo sindicato

No mês de novembro mais uma execução de sentença foi protocolada pelo SINTESPE e deverá beneficiar 182 servidores associados. Esta se refere à cobrança de juros e correção monetária sobre pagamento de salários atrasados para servidores do DAE e DEOH, antigas autarquias estaduais que foram extintas para compor o Departamento Estadual de Infraestrutura do Estado (Deinfra).

A ação de juros e correção monetária é referente aos salários atrasados dos anos de 1991 a

1994 e tem um valor aproximado de R\$900 mil. “Trata-se de uma ação antiga cuja execução só pode ser protocolada agora por conta do aparecimento de documentos e do surgimento de meios necessários para o pedido de execução da decisão”, afirmou o Assessor Jurídico do SINTESPE, Jayson Nascimento.

O Sindicato permanecerá acompanhando mais esta execução de sentença e suas movimentações serão informadas através do Jornal do SINTESPE e das nossas redes sociais.

SINTESPE comemora 26 anos de luta pelo serviço público

Criminalização do Sindicato e represálias pós-greve marcam o ano de 2014

No dia 18 de outubro, o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina (Sintespe) comemorou seu 26º aniversário. Dentro desse período a principal pauta do sindicato sempre foi a de assegurar o direito e as conquistas dos trabalhadores e garantir que o serviço público atenda cada vez melhor a população.

A luta foi e sempre será não apenas por respeito ao trabalhador, pela realização de concurso público para todos os segmentos, contra a terceirização do serviço público, pelo cumprimen-

to da Data-Base, por melhores salários, mas também pela defesa de uma cultura, educação, segurança e saúde pública de qualidade.

Em 2014, servidores de diversos órgãos se mostraram descontentes com a administração de recursos e na maneira irresponsável e desatenciosa com que tem sido tratados os trabalhadores e o serviço público de maneira geral. Nesse contexto, foram iniciadas as primeiras paralisações em fevereiro e generalizadas a partir do mês de março com a greve geral.

Unidos pela causa

Assim como fizeram os trabalhadores na época da Ditadura Militar, servidores de diversos órgãos não se calam e neste ano, justamente nos dias que precederam os cinquenta anos da instalação do golpe militar no Brasil, o Governador, se deparou com a paralisação de instituições como o Imetro, a Fundação Catarinense de Educação Especial, a Fundação Catarinense de Cultura, a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, a Secretaria de Turismo, Cultura e a FATMA.

O movimento já causava desagrado por parte do Governo e a repercussão foi ainda maior quando todos os servidores da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina aderiram à greve. Essa luta, em especial, reproduz efeitos até os dias de hoje.

O esquecimento do valor do serviço público por parte do Governo do Estado também

inclui os servidores, afinal a paralisação realizada no início do ano foi motivada, entre outros assuntos, pelo não cumprimento dos acordos de greve firmados em 2013. A postura adotada pelo Governador, desde o início, refletiu esse esquecimento. Ele afirmou que com greve não haveria negociação e, na ocasião, a criminalização do movimento grevista foi colocada em prática a partir da autorização de descontos dos dias em que os servidores ficaram parados.

Mais do que comemorar a passagem de mais um Dia do Servidor Público, é preciso refletir sobre como a categoria e o movimento que a defende tem sido tratados. Por meio da Procuradoria Geral, o governador buscou apoio do Poder Judiciário para declarar as greves como ilegais, estabelecendo multa diária para o Sintespe de R\$100 mil, caso a ordem de retorno ao trabalho fosse descumprida.



Criminalização e represálias ao Sindicato



Em defesa do Sintespe e com pedidos pelo fim da criminalização do movimento sindical, foi formado um comitê composto por onze entidades apoiadoras. Em abril foram realizadas reuniões, com debate e encaminhamento de propostas, que culminaram na convocação de um seminário para organizar a luta contra a criminalização dos movimentos social e sindical.

A greve terminou em abril e direitos foram conquistados, mas a retaliação contra os dirigentes sindicais e os grevistas continuou. Ações que relembram medidas ditatoriais

foram praticadas, como a penhora dos bens do Sindicato, o bloqueio do ingresso das contribuições mensais dos sindicalizados, o bloqueio das contas, os pedidos de destituição da Diretoria, a perseguição a servidores e intimações para depoimentos de dirigentes sindicais na Diretoria Estadual de Investigações Criminais (Deic). O ataque à liberdade de autonomia dos trabalhadores e do movimento sindical revela o perfil antidemocrático do Governo Estadual, que deve seguir por mais quatro anos em Santa Catarina.

Um Governo controverso

O caráter antidemocrático do Governo Estadual também se revela no não cumprimento da Lei de Data-Base, que foi criada há três anos e há dois não é cumprida. Em reunião com o Sintespe, o Secretário da Fazenda, anunciou em junho de 2013 que cumprir a Lei não estava em seus planos. “Vim para esse governo para não cumprir a Lei da Data-Base”. Ele ainda afirmou categoricamente que “esta foi a maior besteira que o governo já criou”.

Outra atitude controversa que encanta o atual governo é a terceirização do serviço público. Esta é uma das lutas permanen-

tes do Sintespe. Transferir a gestão, a operacionalização e a execução dos serviços públicos para entidades privadas é uma atitude que precisa ser combatida. Realizar parcerias com a iniciativa privada, quando a estrutura pública não puder atender melhor a população, é necessário, mas o que tem sido executado, muitas vezes silenciosamente, é a lógica do “precarizar para terceirizar”. Utilizar a mão-de-obra de maneira substitutiva vai contra a Constituição, já que burla a realização de concurso público.



A missão do Sintespe

O Sindicato busca denunciar e sensibilizar os parlamentares e a sociedade quanto às práticas do Governo do Estado que ferem o direito de luta dos trabalhadores, como foi o caso da greve geral em 2014. A criminalização do Movimento Sindical não é exatamente uma novidade no Brasil e funciona como uma resposta dos setores

conservadores da sociedade contra as lutas sociais. Lutar pelo servidor não pode ser considerado crime, aliás, crime é ferir a liberdade e a autonomia de entidades que lutam por melhorias no serviço público.

O Sintespe parabeniza os servidores públicos e estimula os mesmos a participarem das discussões envolvendo a

categoria, a lutar pela valorização e por melhores condições de trabalho. Com você Servidor, nossa luta fica mais forte. Se você já é filiado, agradecemos a você por fazer parte da nossa base. E se você ainda não é, filie-se e envolva-se na nossa luta pelos seus direitos.

SINTESPE aposta em modernização do setor de comunicação

Em entrevista ao programa Floripa em Foco do dia 21 de outubro, o Coordenador de Comunicação do SINTESPE, Wolney Chucre, comentou sobre a modernização do setor de comunicação do Sindicato. Com o objetivo de agilizar a veiculação das informações e estreitar as relações com os filiados, o setor tem investido em outras formas de contato e tem aumentado sua participação no meio virtual.

Atualmente, para que o Jornal do SINTESPE seja produzido e enviado aos nossos servidores, o Sindicato tem um gasto que, muitas vezes, ultrapassa o valor de R\$ 7 mil. Há também um problema de tempo: entre o processo de etiquetagem, postagem e entrega do jornal, há uma demora de 25 dias – depois de produzido - para que as informações cheguem até a nossa base.

Por isso, estamos apostando na modernização da comunicação do SINTESPE, tanto em nosso site, como em nossas redes sociais. Através do nosso endereço eletrônico e da nossa página do Facebook você tem acesso gratuito a informações atualizadas diariamente. Há também a edição digital do Jornal do SINTESPE que é gratuita e disponibilizada na íntegra.

Nosso intuito com esta mensagem é conscientizar. Precisa-

mos diminuir custos, para que o valor gasto com a produção e entrega do jornal seja revertido para o fortalecimento da comunicação do SINTESPE. Com essa economia podemos, por exemplo, investir e aprimorar o setor de comunicação do Sindicato e, inclusive, fornecer uma comunicação ágil e em tempo real através da internet, o que minimiza o problema de tempo causado pelos Correios.

“O que a gente vai fazer é dar a opção ao Servidor em receber o jornal via virtual ou continuar recebendo o jornal via impresso. Estamos aumentando a nossa participação nas redes sociais e na era digital. Queremos diminuir o tempo de resposta através da atualização constante da nossa página do Facebook, do Twitter, do Instagram e do site do SINTESPE”, afirmou Wolney Chucre.

Durante as próximas semanas entraremos em contato com nossos servidores, através do boletim eletrônico, a fim de saber quem se habilita a receber nossas informações e nosso jornal exclusivamente através da internet. Fique ligado, pois sua opinião é muito importante para nós.



SINDICATO MAIS FORTE

Campanha de Sindicalização

Um Sindicato forte só existe com uma base unificada e que contribua para esse fortalecimento financiando sua própria luta. Prezando pela independência dos Sindicatos, a direção do Sintespe acredita que é da contribuição

voluntária, e não obrigatória, como o Imposto Sindical que deve vir o sustento das lutas dos trabalhadores.

Por isso, vem de cabeça erguida convidar companheiros ainda não filiados à nossa entidade a se sindicalizarem preenchendo

a ficha de sindicalização e entregando ou enviando à sede. Bem como solicitar a cada companheiro já filiado que fortaleça nossa organização, convidando seus amigos servidores e colegas de trabalho.



Ficha de Filiação

DADOS PESSOAIS			
NOME DO FILIADO			
ENDEREÇO RESIDENCIAL (rua, nº, bloco...)			
BAIRRO	CIDADE	CEP	
DATA NASCIMENTO	E-MAIL	FONE RESIDENCIAL/CELULAR	
/ /			
DADOS PROFISSIONAIS			
MATRÍCULA	CARGO	CATEGORIA	
		() ATIVO () INATIVO	
NOME DO ÓRGÃO ONDE TRABALHA		DDD	TELEFONE
ENDEREÇO PROFISSIONAL (rua, nº, bloco...)			
BAIRRO	CIDADE	CEP	
Pelo presente autorizo, em folha de pagamento, da importância relativa à minha contribuição mensal para o SINTESPE		DATA NASCIMENTO	ASSINATURA DO SERVIDOR
		/ /	

AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Nome da Entidade Consignatária	Código do Desconto	
SINTESPE-SC		
Nome do Servidor	CPF do Servidor	
Matrícula e Cargo	Data de Nascimento	Sexo
	/ /	<input type="checkbox"/> MASC <input type="checkbox"/> FEM
Descrição do Órgão de Lotação	Código do Órgão	
Pelo presente autorizo, o Setorial de Recursos Humanos em que estou lotado a descontar a contribuição mensal para a entidade acima indicada já consignados em folha de pagamento.		
Local	Data	Assinatura do Servidor
	/ /	

SINDICATO DO TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL DE SANTA CATARINA

Publicação oficial que expressa a posição da Diretoria Executiva do SINTESPE
 Sede: Praça Olívio Amorim, 82 - Centro - Fpolis/SC - CEP 88020-090 - Fone/Fax: (48) 3223 6097 (sintespe@sintespe.org.br - www.sintespe.org.br) - Delegacia Criciúma: (48) 9833-3335 - Delegacia Chapecó (49) 33238638 chapeco@sintespe.org.br - Delegacia de Joinville: (47) 30265934 - joinville@sintespe.org.br - Delegacia Lages: (49) 3229 0023 - lages@sintespe.org.br
 Impressão: DC - Tiragem: 10 mil exemplares - Distribuição gratuita e dirigida

Reforma Política volta a ser discutida após as eleições

Um dos assuntos que voltou ao centro de discussão, na primeira semana após o término do segundo turno, foi a Reforma Política. Mesmo com o Plebiscito ignorado pela grande mídia, a presidente Dilma Rousseff manifestou publicamente seu desejo de levar essa pauta adiante e declarou que quer a participação popular na tomada de decisões.

O processo eleitoral de 2014 deixou sua marca nos livros de história, seja pela acirrada corrida presidencial ou pela nova cara do Congresso brasileiro, o mais conservador desde 1964. Segundo levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), o número de deputados milionários cresceu, as mulheres eleitas somaram apenas 51 e a bancada dos trabalhadores foi reduzida de 83 para 46. Especialistas analisam que o atual Congresso pode emperrar pautas de cunho liberal, como por exemplo, o aumento dos direitos da comunidade LGBT e a descriminalização

do aborto. Os congressistas militares, religiosos, empresários e ruralistas compõem a maioria.

Em 2013 a Reforma Política esteve entre o grito dos manifestantes de junho e agora esse assunto volta para o centro da discussão. Na primeira semana após o segundo turno, em entrevista ao Jornal do SBT, a presidente definiu a coleta de assinaturas do Plebiscito como “expressiva” e mostrou boa vontade em dar continuidade a essa pauta. Ela ainda declarou: “Eu quero a participação popular”.

“Não é possível supor que a sociedade e a população vão ficar alheios a esse processo. Pelo que eu vi na campanha era o fator de maior mobilização dos jovens. Isso aconteceu do Oiapoque ao Chuí, de leste a oeste. Se você tocasse nessa questão de reforma política era o momento em que as pessoas mais participavam e o que mais queriam. Não acho que isso é algo que nós vamos poder resolver entre quatro paredes”, afirmou Dilma Rousseff.

Para que a Reforma Política aconteça existem duas possibilidades, sendo elas a realização de um plebiscito ou de um referendo. No plebiscito, os eleitores devem responder a uma série de perguntas e a partir das respostas fornecidas os parlamentares elaboram a lei. No caso do referendo, o Congresso elabora a lei e os eleitores são convocados apenas para votar se são a favor ou contra o que já foi decidido.

A realização de um plebiscito é defendida pelos movimentos sociais e as demais entidades engajadas no processo de Reforma Política. Mesmo a Presidente se mostrou mais interessada na realização de um plebiscito. Após as

eleições o assunto chegou à grande mídia e esta obviamente já demonstrou seu direcionamento para a realização de um referendo. No dia 27 de outubro, o presidente do Congresso, Renan Calheiros, também se manifestou a favor do referendo.

A Reforma Política é chamada por Dilma Rousseff como a “mãe de todas as reformas”. Esse novo conjunto de decisões deverá afetar, segundo reportagem da Agência Senado, nas formas de representação e nas regras das eleições. Sendo assim, nada mais justo que o povo decida, através de plebiscito, aquilo que considera mais adequado para as novas práticas políticas do país.

São muitos os pontos polêmicos e que geram debates controversos. Segundo a Agência Senado, “a duração dos mandatos, a possibilidade ou não de reeleição, a forma como devem ser eleitos os deputados, as formas de financiamento de campanha, a obrigatoriedade do voto, a possibilidade de candidaturas desvinculadas de partidos e de revogação de mandatos por meio do voto, a suplência de parlamentares, a frequência das eleições e até o próprio sistema de governo” são alguns dos temas em que há falta de consenso, o que dificulta uma elaboração e aprovação imediata.

Dilma reafirma compromisso com Reforma Política

Presidente recebeu o resultado do Plebiscito e ressaltou questões que merecem atenção



Além das eleições em primeiro e segundo turno, o mês de outubro foi marcado por ações de encaminhamento do Plebiscito por uma Constituinte Exclusiva e Soberana. Os mais de sete milhões e meio de votos foram entregues à Presidente Dilma Rousseff no dia 13 de outubro por representantes de entidades e movimentos sociais. Ao receber o resultado, a Presidente reafirmou o compromisso com a Reforma Política.

A entrega dos votos aconteceu em Brasília e formalizou a entrega do resultado do Plebiscito ao Poder Executivo. Segundo informações da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o encontro com a Presidente Dilma Rousseff fez parte da programação da V Plenária Nacional da campanha que debate os próximos passos de mobilizações regionais e nacionais.

Ao receber o resultado, diante de uma plateia composta

majoritariamente por jovens, Dilma Rousseff comentou a importância da campanha e vê o resultado como a confirmação de que o Brasil deseja mudar as regras do sistema político. “Eu sou a favor, mas não houve correlação de forças para fazer isso”, apontou, ao destacar a importância de os movimentos ampliarem ainda mais a pressão para que o Congresso convoque uma consulta oficial.

Para a Presidente, existem questões essenciais para que seja viabilizada a Reforma Política. Ela ressaltou que não acredita numa autorregulação do Legislativo, o que explica a necessidade de convocar uma Constituinte Soberana, com representantes eleitos pela população para discutir as novas regras. Para ela, a paridade entre as candidaturas de homens e mulheres, o fim das coligações proporcionais parlamentares – que hoje permitem a um deputado com boa votação eleger outro com baixa, desde que o partido esteja coligado – e o financiamento privado de campanha são pautas que merecem atenção em uma eventual Reforma.

No encerramento da Plenária do Plebiscito, que aconteceu no dia 15 de outubro, o ministro-chefe da Secretaria da Presidência

da República, Gilberto Carvalho, apontou para a necessidade de ampliar a campanha e de que a mesma tenha a participação popular como base para a mudança. “O problema não é a Dilma assumir a Constituinte, isso ela já fez, mas sim criarmos condições para que, nesse processo, não se repita a correção de forças do atual Congresso”.

Para o dirigente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Marcos Araújo, a manutenção do debate será fundamental para impedir que discursos e propostas vazias de Reforma Política sem participação popular iludam a sociedade. “A transformação será feita pela luta da população”, definiu.

Ao todo foram 7,7 milhões de votos. Destes, 97% (7,5 milhões) disseram “sim” para a Reforma Política. A mobilização envolveu cerca de 100 mil pessoas e mais de dois comitês populares espalhados pelo país. A grande mídia, no entanto, permaneceu calada sobre a realização do Plebiscito e, segundo o Presidente da CUT, Vagner Freitas, “A mídia no Brasil é um artigo político contra o desejo dos trabalhadores”.

**Com informações da CUT Nacional*

BALANCETE

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS		
RECEITA	agosto/2014	setembro/2014
Mensalidade de Associados	157.428,79	157.633,14
Receita de Aplicações	8.974,85	9.478,21
Receitas de Precatórios	1.222,15	3.710,88
TOTAL DAS RECEITAS	167.625,79	170.822,23
DESPESA		
PESSOAL E ENCARGOS	60.152,43	69.197,98
DESPESAS GERAIS		
Água e Esgoto	250,96	261,28
Serviços de Cartórios	8,70	82,65
Combustíveis e Lubrificantes	250,03	402,28
Correios e Malotes	10.559,05	5.792,40
Energia elétrica	488,11	612,86
Serviços de Limpeza	1.004,00	376,50
Honorários Profissionais	2.500,00	2.500,00
Locação de Equipamentos	250,00	250,00
Manutenção em Programas e Site	1.893,00	1.914,20
Manutenção em Veículos	190,00	-
Manutenção e Reparos	164,00	2.150,00
Material de Copa e Cozinha	365,46	196,98
Material de Expediente	577,45	-
Material de Higiene	367,90	264,20
Outras Despesas	8,00	-
Segurança do Patrimônio	205,68	205,68
Seguros	1.462,14	2.016,55
Serviços de Terceiros - PJ	382,00	382,50
Telefones e demais comunicações	3.257,56	3.162,13
Tarifas Bancárias	129,80	105,80
IMPRESA E DIVULGAÇÃO		
- Adesivos e Panfletos	250,00	380,00
- Livros/Jornais/Revistas	1.250,00	100,00
- Rádios/TV/Som/etc	380,00	900,00
ATIVIDADES SINDICAIS		
- Assembleias	3.379,22	690,25
- Cursos e Seminários	2.410,71	1.360,00
- Viagens	2.985,58	479,06
- Contribuição a CUT	15.698,60	15.698,60
- DIESSE	543,60	543,61
ASSESSORIA JURÍDICA/CUSTAS/CÁLCULOS	8.919,62	9.659,40
DIRETORIA E REPRESENTANTES		
- Reunião de Diretoria	3.347,95	3.443,91
- Diretoria Liberada	2.473,00	2.504,91
- Ajuda de Custo *	820,00	410,00
- Auxílio de Custo **	2.280,12	2.280,12
NÚCLEO REGIONAL DE LAGES	2.132,97	2.138,22
NÚCLEO REGIONAL DE CHAPECÓ	1.391,97	1.419,91
NÚCLEO REGIONAL DE JOINVILLE	1.987,52	1.545,38
NÚCLEO REGIONAL DE CRIÇÚMA	634,02	492,84
TOTAL DAS DESPESAS	135.351,15	133.920,20

* Antônio Celestino Lins

** Sebastião Teotônio Amorim e Wolney Adilson da Rocha Chucru

OBSERVAÇÃO: Balançetes elaborados pelo Regime de Caixa.

Errata: Diferente do que foi informado na matéria “Primeira parcela da GAF é repassada aos servidores”, publicada na edição de setembro/2014 do Jornal do SINTESPE, não serão todas as Secretarias que receberão a GAF. Existem algumas particularidades quanto ao pagamento deste benefício. Entre os servidores não contemplados estão professores, trabalhadores das Secretarias da Saúde, Justiça e Cidadania e Segurança, já que estes possuem gratificações diferenciadas.